

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO
BIBLIOTECA
ENTRADA
EM ____/____/____

4

DOMITÍLIA DIOGO SOARES
Mestre em Sociedades e Políticas Europeias

PERCEÇÃO SOCIAL DA
FISCALIDADE EM PORTUGAL
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO



DATA	B04-715
Nº	088151
CLASSE	


ALMEDINA

COMPRA

PREFÁCIO

Qual é a visão que os cidadãos têm sobre os impostos?

Que é nebulosa já o sabemos. Quando em muitos discursos encontramos críticas ao “Estado”, exigências ao “Estado” desejos que o “Estado” faça ou aconteça. Parece estar a falar-se de uma entidade distante e longínqua com quem temos imensas contas ajustar e por cuja conduta, natureza ou essência não temos qualquer responsabilidade.

Que deve sempre gastar mas que não deve cobrar.

E quando vemos os contribuintes falarem entusiasticamente de acções contra o Estado ou aplaudir as indemnizações liberalmente concedidas (do bolo do nosso compadre grande fatia ao nosso afilhado) a alguém que o Estado, por erro ou por omissão, terá lesado parecem ter esquecido que as acções contra o Estado são acções contra nós, os contribuintes. A quem compete pagar as custas.

Quando falamos do Estado (aparelho coactivo para cobrança de impostos) as confusões são ainda maiores.

As “Finanças” são ainda vagamente temidas (já foram mais) e como era de esperar vagamente odiadas. As Finanças são o Estado – eles na sua máxima expressão.

Um juiz cível que numa acção contra uma companhia de seguros dá como provado que o rendimento real do sinistrado não é de 100 como figura na declaração de IRS, mas de 1000 fixa a indemnização de acordo com esses dados trazidos ao processo mas não comunica isso às Finanças. Isso é um problema deles, não seu. Apesar da veste oficial com que toma conhecimento destes factos não se sente no dever de denunciar um caso tão flagrante de fraude fiscal.

Com o cidadão comum a relação do tal “Estado” é ainda pior.

É muito difícil fazê-lo compreender que os impostos são um jogo de soma zero: se A paga menos 3, B tem de pagar mais 3.

A “Percepção Social da Fiscalidade em Portugal”, tema escolhido pela Licenciada Domitília d’Assunção Batista Diogo Pires Soares, para a investigação com que obteve o grau de Mestre em Sociedades e Políticas

Europeias no ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, é por isso uma questão decisiva para o exercício da cidadania. A importância do tema provém do facto de que a relação entre o cidadão e a Administração fiscal exige desta que tenha uma ideia tão exacta quanto possível das reacções que as suas acções ou omissões suscitam.

A tese tem por isso o mérito do pioneirismo ao abordar uma questão que entre nós estava inteiramente fora das preocupações dos académicos: esperemos que tenha continuação porque a situação fiscal portuguesa e a patológica relação hoje existente entre o Fisco e o cidadão bem o exigem.

Os elementos contidos nesta tese e os vectores de investigação nela contidos deveriam por isso ser considerados como a primeira parte de uma investigação que deve prosseguir: com um fim de saneamento geral. Tomar consciência do carácter envenenado que têm hoje as relações entre o Fisco e o contribuinte é o primeiro passo para sanear o ambiente actual.

Lisboa, 16 de Janeiro de 2004

J. L. Saldanha Sanches

NOTA PRÉVIA

Este estudo é o resultado do trabalho de investigação realizado no âmbito da tese de Mestrado, em Sociedades e Políticas Europeias, cuja discussão ocorreu em 8 de Janeiro de 2003, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

As provas públicas decorreram perante um júri constituído pelos Senhores Professores Doutores José Manuel Viegas, Presidente, José Luís Saldanha Sanches, António Firmino da Costa e Hermano do Carmo, arguente.

Esta investigação é devedora da colaboração e do apoio de todos aqueles que, de algum modo, me ajudaram num ou noutro momento do estudo, e aos quais endereço o meu profundo agradecimento.

Aos Senhores Professores José Luís Saldanha Sanches e António Firmino da Costa, na qualidade de, respectivamente, orientador e co-orientador desta tese, agradeço a forma empenhada, participada e a disponibilidade demonstradas, que evidencia o esforço e o contributo destes profissionais para um conhecimento mais profundo acerca dos factos sociofiscais emergentes na sociedade portuguesa.

A todos os informantes (cerca de trinta e cinco informantes formais e informais) que, sob anonimato, tornaram este estudo uma realidade, dirijo uma especial palavra de gratidão.

Agradeço ainda, aos meus amigos que, dentro e fora da Administração Fiscal, souberam transmitir-me a força e a coragem necessárias para percorrer este árduo caminho. Em particular, agradeço à Dr.^a Teresa Lemos, ao Dr. Manuel Faustino e ao Dr. João Catarino, pelo apoio que deles recebi, desde o início deste trabalho.

Por último, um agradecimento muito especial, à Chefe do Departamento de Sociologia Tributária, do *Instituto de Estudios Fiscales* de Madrid, Doutora Maria Luisa Delgado Lobo, a quem pública e reconhecidamente quero expressar a minha mais profunda gratidão, quer por me ter possibilitado o conhecimento dos vários estudos, que no domínio da Sociologia Fiscal têm sido realizados em Madrid, quer pela sua disponibilidade, em-